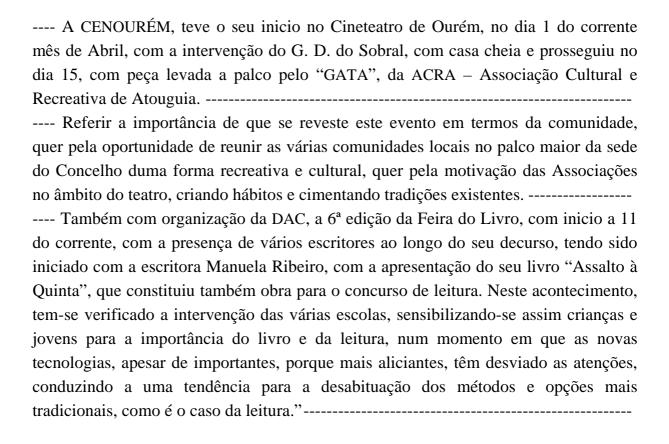


# ATA N.º 9 (REUNIÃO PRIVADA)

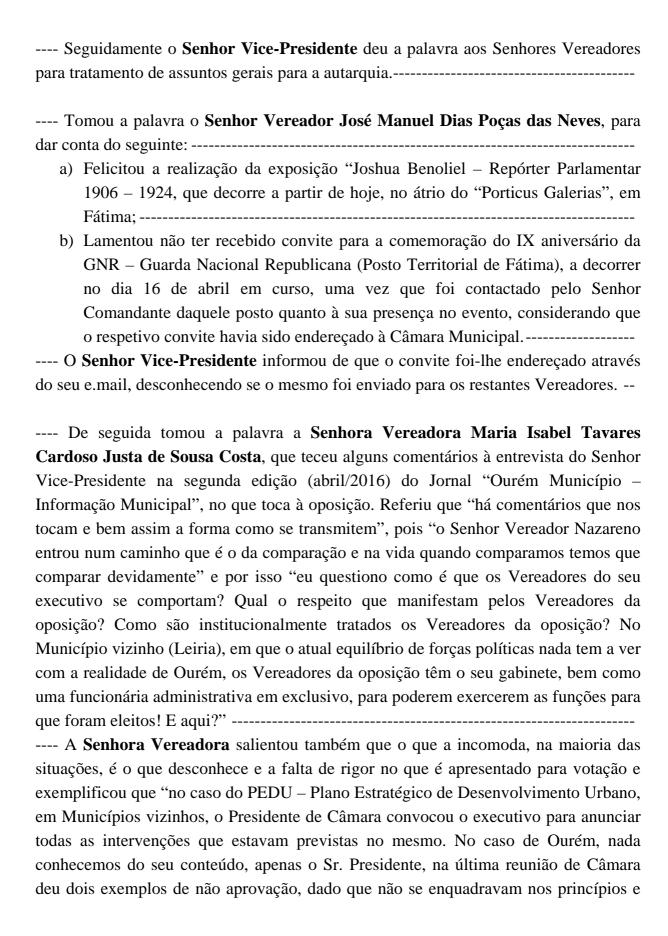
Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, na Cidade de Ourém, no edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo Vice-Presidente, Senhor NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO DE
ALBUQUERQUE, JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA
MARTINS VIEIRA, MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA
COSTA e JOÃO PAULO PINA REBELO, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves,
Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos
OOXXXOO
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR VICE-PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA <b>ORDEM</b>
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
ooxxxoo
000
FALTAS DE MEMBROS DA CÂMARA
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONSIDERAR
JUSTIFICADA A FALTA DO SENHOR PRESIDENTE <b>PAULO ALEXANDRE HOMEM</b>
<b>DE OLIVEIRA FONSECA</b> , POR MOTIVO DE FÉRIAS
OOXXXOO
000
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Vice-
Presidente tomou a palavra para apresentar as comunicações, que a seguir se
transcrevem:
1. "Queremos saudar os eventos que decorrem neste momento, no seio do
Município, com organização da DAC, que são os casos da 18ª edição do Festival de
teatro "CENOUREM" e a 6ª edição da Feira do Livro



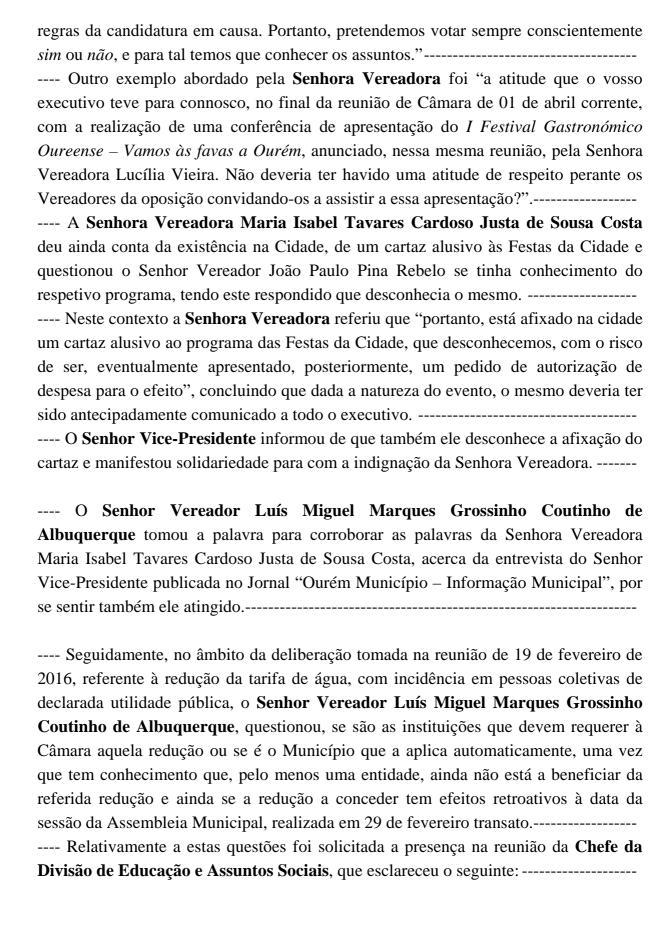


- ---- O **Senhor Vice-Presidente** informou ainda de que a ARU Área de Reabilitação Urbana de Ourém foi publicada, em Diário da República, no passado dia 12 de abril.--

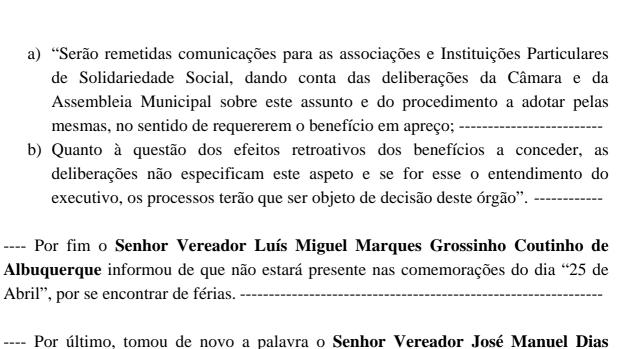








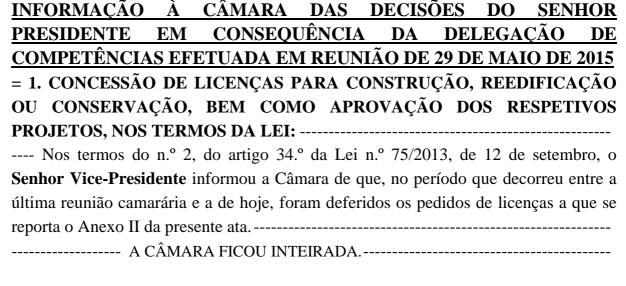




**Poças da Neves**, que manifestar também a sua indignação quanto à entrevista do Senhor Vice-Presidente no Jornal "Ourém Município – Informação Municipal", uma vez que se sentiu igualmente ofendido com o conteúdo da mesma. ------

OOXXXOO

000



= 2. CONCESSÃO DE LICENÇAS EM PROCESSOS COM COMPETÊNCIA DELEGADA AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 34. º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:



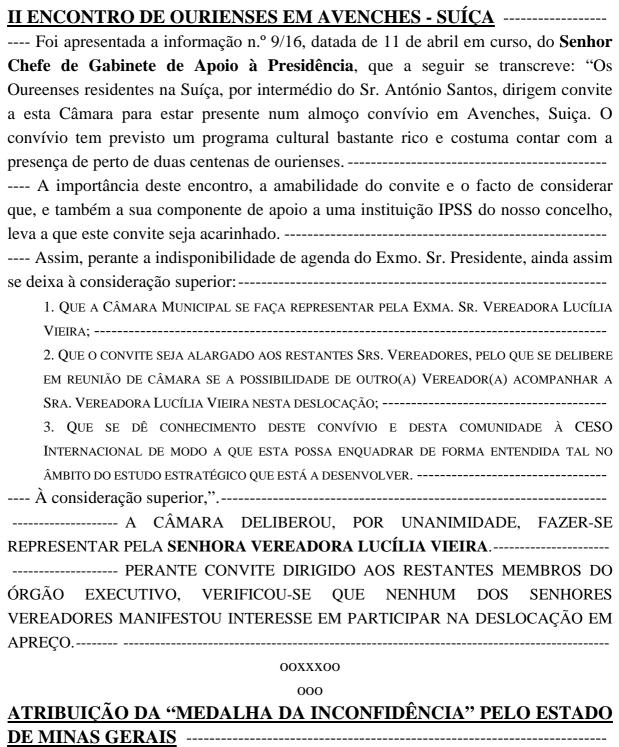
A CÂMARA FICOU INTEIRADA
ooxxxoo
000
REUNIÃO ORDINÁRIA
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, ESTABELECER
QUE A PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL EM CURSO, SE
REALIZE ÀS 14 HORAS E INCUMBIR OS SERVIÇOS MUNICIPAIS COMPETENTES
DE PUBLICITAREM, EM EDITAL, A PRESENTE DELIBERAÇÃO, NOS TERMOS DO
N.º 4, DO ARTIGO 40.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TENDO SIDO
COMUNICADO A TODOS OS MEMBROS DESTA CÂMARA O TEOR DA PRESENTE
DELIBERAÇÃO, CONFORME O DISPOSTO NO REFERIDO ARTIGO
ooxxxoo
000
<u>PAGAMENTOS</u>
O Senhor Vice-Presidente informou a Câmara de que, no período que decorreu
entre 01 e 14 de abril em curso, foram efetuados os pagamentos, a que se reportam as
autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de
consulta e confirmação, no valor de 346.834,69€: 821 a 838, 840 a 859, 867 a 872 e
875
A CÂMARA FICOU INTEIRADA
OOXXXOO
000
<u>DESLOCAÇÃO OFICIAL À CIDADE DE SELÇUK – REPÚBLICA DA</u>
<u>TURQUIA</u>
O Senhor Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência prestou a sua informação
n.º 8/16, de 11 do corrente mês, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se
reproduz na íntegra: "Na sequência do convite oficial remetido pelo Município de
Selçuk e no seguimento de acordo de cooperação existente entre ambas, pretendem
agora os Municípios firmarem acordo de geminação (cuja minuta se anexa)
Assim o Exmo. Senhor Presidente pretende deslocar-se àquela cidade turca de 02 a
05 de maio, cujo o programa previsto é o seguinte
Dia 1 - Segunda-feira, 2 de maio de 2016
Partida – aeroporto de Lisboa
Chegada a Izmir
Transfer Izmir - Selçuk
Alojamento em Selçuk

Dia 2 - Terça-feira, 3 de maio de 2016
Dia em Selçuk
Receção na Câmara Municipal de Selçuk
Cerimónia de Assinatura do Protocolo
Tarde de Visita (conforme programa a propor pelo Município anfitrião)
Dia 3 - Quarta-feira, 4 de maio de 2016
Dia de visitas e contactos (conforme programa a propor pelo Município anfitrião)
Dia 4 - Quinta-feira, 5 de maio de 2016
Dia de regresso
Voo Izmir – Lisboa
Remete-se à consideração superior:
1. REMETER À REUNIÃO DE CÂMARA A APROVAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO
A CELEBRAR COM AQUELA CIDADE TURCA, QUE SE ANEXA E DESDE JÁ DELEGAR NO SR.
PRESIDENTE A ASSINATURA DO MESMO
2. Remeter à reunião de câmara a tomada de conhecimento da ida do Sr. Presidente
EM REPRESENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL E SOLICITAR A AUTORIZAÇÃO POR ESTE SE FAZER
ACOMPANHAR POR TÉCNICO DO MUNICÍPIO
3. O Sr. Presidente alarga o convite recebido aos restantes Srs. Vereadores, pelo
QUE SE DELIBERE EM REUNIÃO DE CÂMARA SE A POSSIBILIDADE DE OUTRO(A) VEREADOR(A)
ACOMPANHAR O SR. PRESIDENTE NESTA DESLOCAÇÃO."
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE:
PRIMEIRO – APROVAR OS TERMOS DO PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO
PROPOSTO, CONSTANTE DO ANEXO IV DA PRESENTE ATA;
SEGUNDO – SOLICITAR, NOS TERMOS DA ALÍNEA T) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º
DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, AUTORIZAÇÃO À
ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A GEMINAÇÃO A FIRMAR ENTRE AS CIDADES
DE OURÉM E SELÇUK – TURQUIA;
TERCEIRO – FAZER-SE REPRESENTAR PELO SEU EXCELENTÍSSIMO
PRESIDENTE PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA FONSECA E POR UM
TÉCNICO DO MUNICÍPIO
PERANTE CONVITE DIRIGIDO AOS RESTANTES MEMBROS DO
ÓRGÃO EXECUTIVO, VERIFICOU-SE QUE NENHUM DOS SENHORES
VEREADORES MANIFESTOU INTERESSE EM PARTICIPAR NA DESLOCAÇÃO EM
APRECO

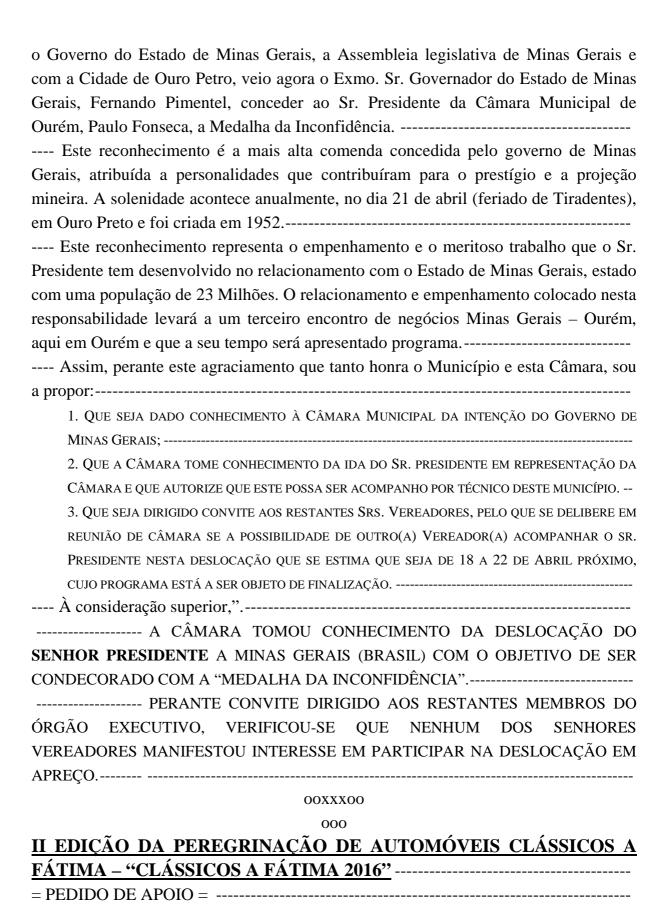


#### OOXXXOO

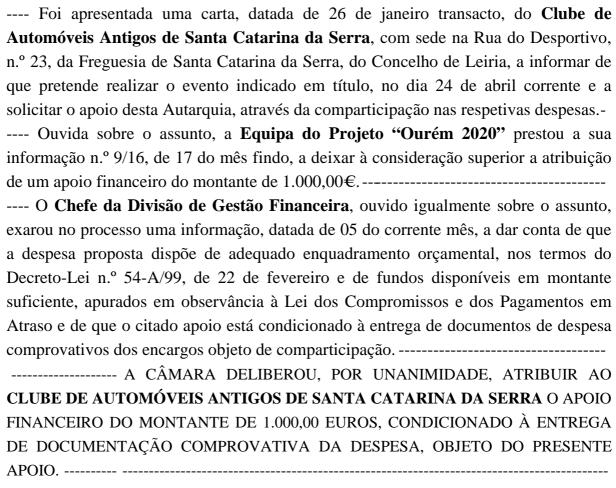
000



---- Relativamente ao assunto supra mencionado, foi apresentada a informação n.º 10/16, de 11 do corrente mês, do **Senhor Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência**, que se passa a transcrever: "No seguimento de protocolos estabelecidos em 2015 com





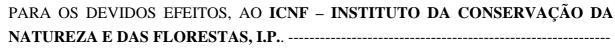


OOXXXOO

000

# AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO -----





ooxxxoo

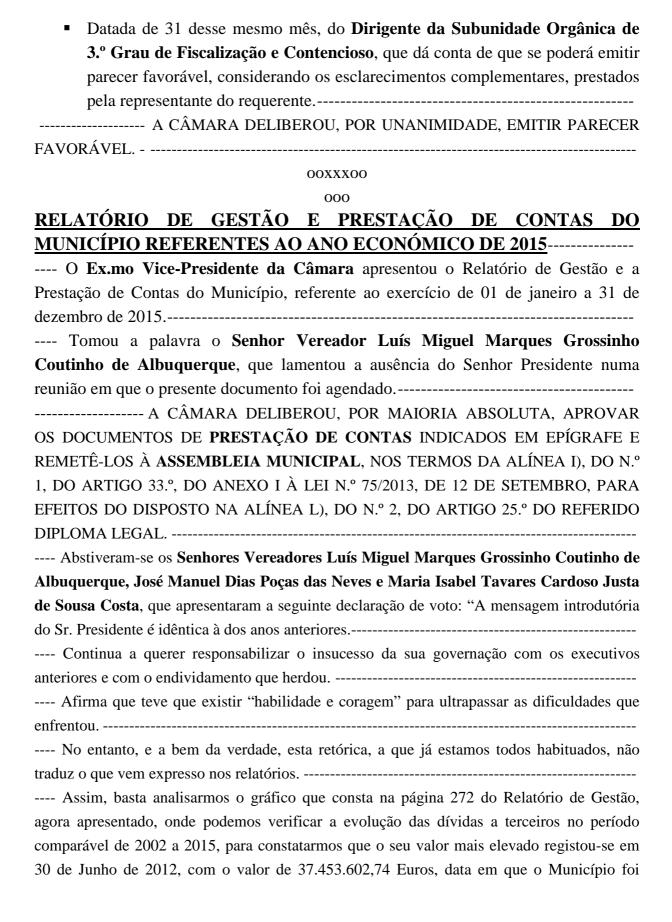
000

<u>AMPLIAÇÃO</u>	<u>) DO NÚMERO</u>	<b>DE COMPARTES</b>	(LEI N.º 91/95,	DE 2 DE
SETEMBRO)	)			

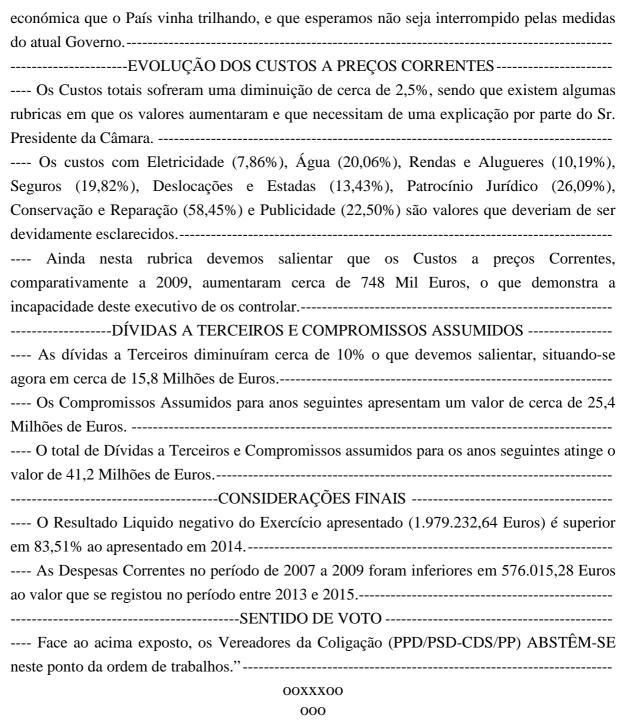
- Prédio rústico, sito em Venda, da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, também do Concelho de Ourém, com a área de 392 m², a confrontar a norte com estrada, a sul e a nascente com Maria Felícia e a poente com Palmira Dias Lourenço, omisso na respetiva matriz predial rústica e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém; ------

---- Do processo fazem parte as informações que se passam a especificar: ------

• N.º 20/16, datada de 17 de março findo, da **Equipa do "Projeto de Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017"**; ------



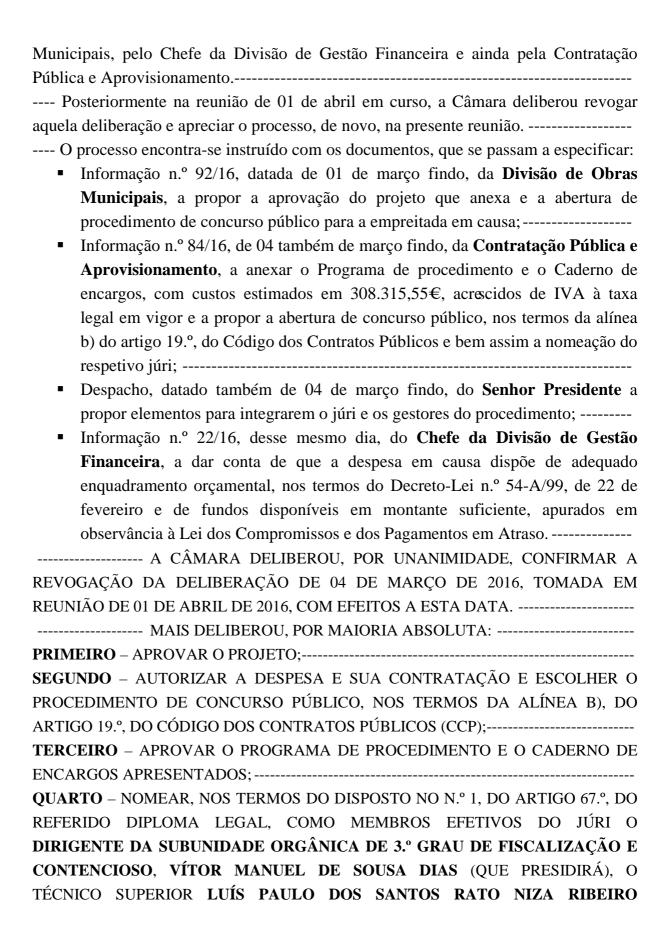
forçado a recorrer ao PAEL, facto que contribuiu decisivamente para o estancar do valor da
dívida municipal
Em 31 de Dezembro de 2009 o valor em dívida do Município era de 35.658.185,38 Euros,
o que contraria de forma clara os 60 Milhões que o Sr. Presidente insiste em anunciar sempre
que se refere a este assunto
Ainda na sua mensagem refere que "É uma recuperação extraordinária", esquecendo-se de
dizer que a diminuição das contas do Município se deveu essencialmente a dois fatores, a
saber:
1º O brutal aumento de receitas em Impostos Diretos, nomeadamente no IMI, que passou
de uma receita de 3.082.831,09 Euros, que se verificou em 2009, para um valor de
6.818.822,23 Euros registado em 2015, o que representou um aumento de cerca de 121%
2º Diminuição acentuada no investimento. Aqui, e a título de exemplo, podemos constatar
que as Despesas de Capital entre 2007 e 2009 foram de 66.824.686,76 Euros, sendo que a
mesma rubrica apresenta nos anos de 2013 a 2015 o valor de 33.243.828,83 Euros, o que
representa uma diminuição de 33.580.857,83 Euros
Na sua mensagem não existe uma única palavra para o sector empresarial do Concelho, o
que lamentamos. Urge atuar, não sendo possível ficar alheio às novas necessidades de
cooperação e dinamização. Tal como outros Municípios já o estão a fazer, é necessário
despertar para esta nova realidade, elencando como uma das prioridades da ação camarária, a
dinamização empresarial através da captação de novos investimentos, bem como a concessão
de incentivo às empresas existentes nos seus concelhos
EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS A PREÇOS CORRENTES
Os proveitos totais evidenciam um decréscimo de 5,4%, devido à diminuição ocorrida em
algumas rubricas, nomeadamente as Vendas e Prestações de serviços (-6,5%) e Proveitos
Suplementares (-81,5%)
Em sentido inverso, temos que salientar o aumento que se registou na rubrica de Impostos
Diretos que se cifrou nos 3,97%, passando o seu valor de 9.107.947,83 Euros que se tinha
registado em 2014, para 9.469.482,67 Euros que se registou em 2015
Ainda nesta rubrica deve ser evidenciado o aumento registado no IMI (336.080,85 Euros),
o que vem demonstrar que a redução de Taxa que foi aprovada, e que contou com a oposição
do Executivo Socialista, não foi um ato de irresponsabilidade como referiu o Sr. Presidente,
nem tão pouco colocou em causa o volume de transferências financeiras para as Freguesias e
para as Associações Culturais e Desportivas, como também disse o Sr. Presidente aquando da
aprovação da referida redução
Também o valor dos proveitos de IMT aumentou em cerca de 300 Mil Euros, o que
aconteceu pela primeira vez nos últimos anos, o que demonstra os sinais de recuperação



# EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO "CAMINHO MUNICIPAL MATAS/ESPITE – 2.ª FASE" ------

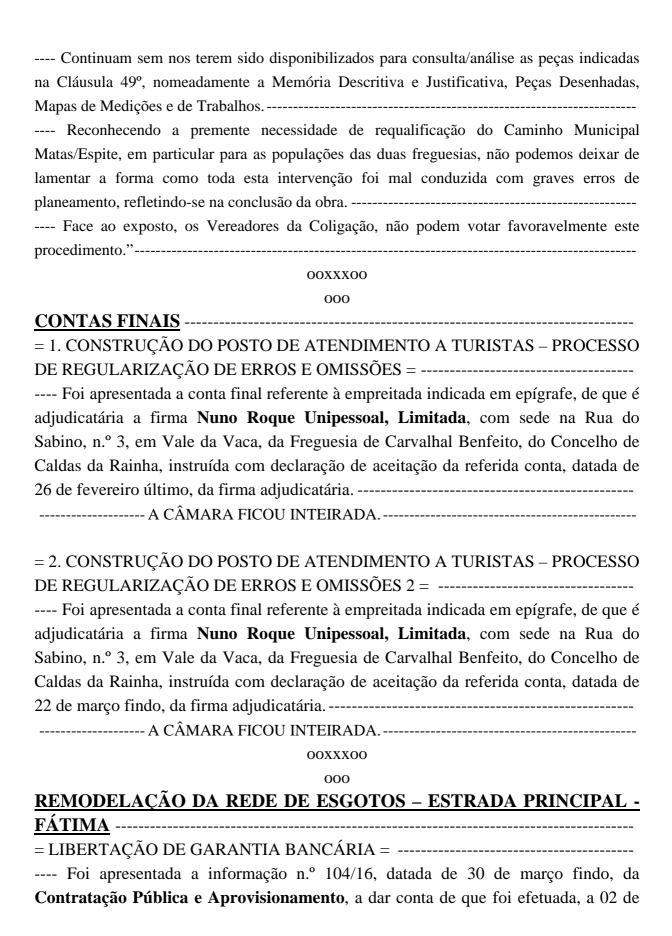
---- Relativamente à empreitada mencionada em epígrafe, na reunião de 04 de março de 2016, a Câmara deliberou aprovar o projeto e lançar a obra mediante concurso público, conforme proposto nas informações então prestadas pela Divisão de Obras



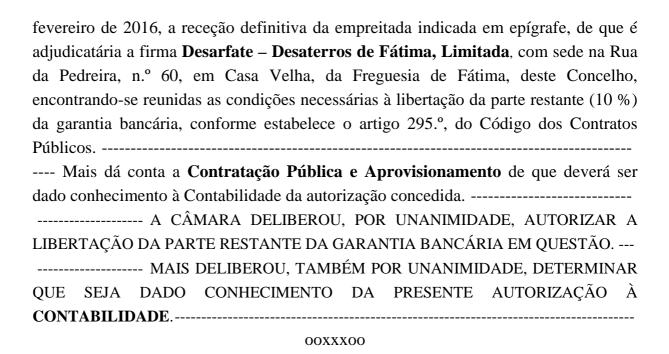




(SECRETÁRIO) E O TÉCNICO SUPERIOR PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA, E COMO MEMBROS SUPLENTES A COORDENADORA TÉCNICA. MARIA NATÁLIA ALMEIDA SANTOS E O TÉCNICO SUPERIOR EUGÉNIO JOSÉ TAPADAS MOURA E AINDA DELEGAR NO JÚRI AS SEGUINTES COMPETÊNCIAS: ------➤ ESCLARECIMENTOS A DAR AOS CONCORRENTES;------> ACEITAÇÃO OU NÃO DOS ERROS E OMISSÕES;-----**QUINTO** – NOMEAR COMO GESTORES/SECRETÁRIOS DO PROCEDIMENTO (NA PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS) O RESPONSÁVEL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO, BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO, A COORDENADORA TÉCNICA, MARIA NATÁLIA ALMEIDA SANTOS E O TÉCNICO SUPERIOR PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA, SENDO-LHES AINDA DELEGADAS COMPETÊNCIAS PARA EFETUAREM TODO O EXPEDIENTE OUE A PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS POSSIBILITA REALIZAR.-------- Votaram contra os Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque, José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, que apresentaram a declaração de voto, que a seguir se transcreve: "Vem agora novamente a reunião o processo da Empreitada de Reabilitação do Caminho Municipal Matas/Espite – 2° Fase. --------- Na deliberação de Câmara de 01 de Abril de 2016 foi revogada a decisão tomada na reunião de 4 de Março do mesmo ano, devido à alteração abusiva da Ata da dita reunião por parte do Sr. Presidente da Câmara. --------- Não podemos deixar de referir que a informação acrescentada pelo Sr. Presidente na Ata, nomeadamente as informações nº 22/2016 DGF/583 E 84/2016/CPA/463, têm a data de 04 de Março de 2016, ou seja a data do dia da referida reunião camarária, o que se nos afigura bastante estranho. ---------- Recordamos que em 26 de Fevereiro de 2016, os Vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP recomendaram que o Executivo Socialista iniciasse um procedimento de Concurso Público, com a máxima urgência, tendo em conta o estado lastimável em que a estrada se encontra. --------- Na documentação que agora nos foi entregue, e que não nos tinha sido fornecida na reunião de 04 de Março, verificamos que o Chefe da Divisão de Gestão Financeira, bem como o Técnico Superior afeto ao Gabinete de Contratação Pública do Município sustentam que o procedimento que agora está a ser seguido levanta muitas questões de legalidade processual.







# "REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FREGUESIA DE FREIXIANDA – VARIANTE ANTÓNIO DOS SANTOS COSTA E RUA DA ESCOLA"----

000

---- No âmbito da empreitada indicada em epígrafe, foi apreciado o **Relatório Final** do Júri designado para o citado procedimento, datado de 12 de abril em curso, que a seguir se reproduz na íntegra: "Aos doze dias do mês de Abril de 2016, reuniu na Sala de Reuniões, do Piso 0, do Edifício Sede do Município de Ourém, o Júri para os trabalhos designados em epígrafe, constituído pelo Chefe de Divisão de Obras Municipais, Rui Miguel Costa Teixeira, o Responsável pela Contratação Pública e Aprovisionamento, Bruno Martinho Freire Ribeiro e a Técnica Superior, Cláudia Teresa Lopes da Silva, do qual o primeiro é presidente, a fim de emitirem relatório final nos termos e para os efeitos do n.º 1, do artigo 124.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP).--------- Depois de realizado o relatório preliminar, nos termos e para os efeitos do artigo 122.º do CCP, foi o mesmo enviado a todos os concorrentes, através da plataforma electrónica Gatewit, no dia 4 de Abril do corrente ano, nos termos e para os efeitos do artigo 123.º do CCP.--------- Neste dia (12/04/2016) o júri constatou que não foram apresentadas quaisquer observações efectuadas ao abrigo do exercício de audiência prévia, pelo que se

mantém o conteúdo do relatório preliminar. -----

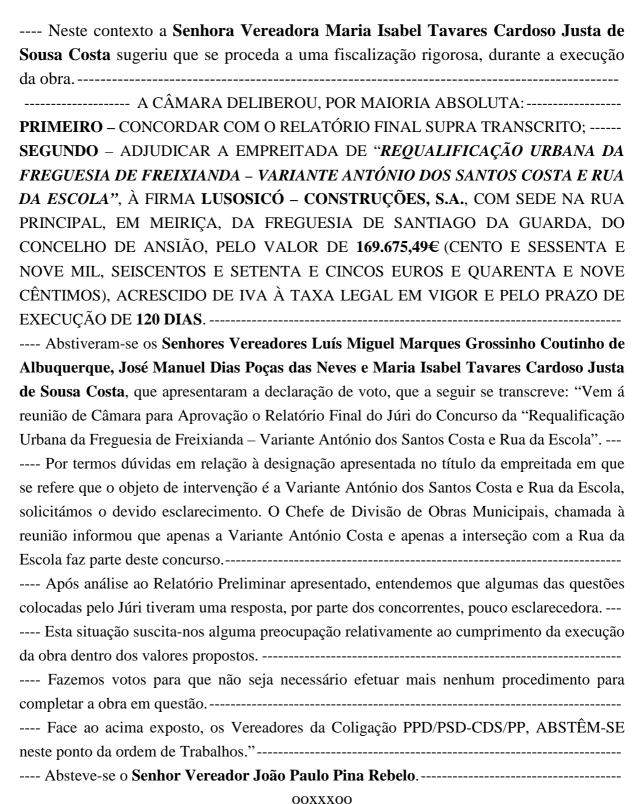


---- Assim, e nos termos do artigo 124.º do CCP, o júri delibera manter o conteúdo do relatório preliminar realizado na reunião de 31 de Março de 2016, com o qual concorda, e para o qual remete, e que a seguir se anexa, para todos os efeitos legais.------- O júri ainda delibera: ---------- 1 - Não considerar as empresas SCAMPIA - ENGENHARIA, LDA.; ABICALÇADAS - PAVIMENTOS E CALÇADAS, LDA., PROTECNIL - SOCIEDADE TÉCNICA DE CONSTRUÇÕES, S.A., JOSÉ MARQUES GRÁCIO, S.A., NUNO ROQUE, UNIPESSOAL, LDA., ISIDORO CORREIA DA SILVA, LDA., ARQUIJARDIM, S.A., e SUBMERCI-CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÕES, LDA. como concorrentes por não terem apresentado proposta; --------- 2 - Propor a exclusão dos concorrentes n.º 3 - ANTONIO RODRIGUES CAPELA & FILHOS, LDA., n.º 4 - AZINHEIRO - ENGENHARIA, SA., n.º 10 - CIMALHA -CONSTRUÇÕES DA BATALHA, S.A., n.º 11 - CONSTRUÇÕES ANTÓNIO LEAL, LDA., n.º 14 - LENACONSTROI-CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PUBLICAS, LDA., n.º 15 - CONSTRUÇÕES DIVIREIS, LDA., n.º 18 - CORDIVIAS - ENGENHARIA, LDA., n.º 19 - MANUEL DA CONCEIÇÃO ANTUNES - CONSTRUÇÕES E OBRAS PUBLICAS S.A., n.º 21 - MATOS & NEVES, LDA., n.º 23 - DESARFATE -DESATERROS DE FÁTIMA, LDA. e n.º 24 - PINTO & BRAS, LDA, por não terem respondido ao pedido de esclarecimentos solicitado pelo júri do procedimento e consequentemente, por terem violado uma vinculação legal ao qual estavam vinculados (alínea f do n.º 2 do artigo 70º do Código dos contratos Públicos) resposta aos pedidos de esclarecimentos efectuados pelo júri do procedimento. --------- 3 - Propor a exclusão do concorrentes n.º 25 - DELFIM DE JESUS MARTINS & IRMÃO, LDA., por não ter juntado o documento com os esclarecimentos solicitados à mensagem enviada, não tendo respondido desta forma ao pedido de esclarecimentos solicitado pelo júri do procedimento e consequentemente, ter violado uma vinculação legal ao qual o concorrente estava vinculado (alínea f do n.º 2 do artigo 70º do Código dos contratos Públicos) – resposta aos pedidos de esclarecimentos efectuados pelo júri do procedimento. --------- 4 - Propor a adjudicação da empreitada ao concorrente n.º 1 - LUSOSICÓ-CONSTRUÇÕES, S.A., pelo valor de 169.675,49 € - cento e sessenta e nove mil, seiscentos e setenta e cinco euros e quarenta e nove cêntimos, e com o prazo de execução de 120 dias, por de entre as empresas que apresentaram a proposta de mais baixo preço, ter sido aquela que apresentou a proposta em primeiro lugar. ---------- 5 - Propor, nos termos da parte final do n.º 1, do artigo 122.º do CCP, a seguinte ordenação dos concorrentes: ------

Class.	N.º Conc.	Designação da empresa	Valor da proposta (€)	Prazo (dias)	Data/hora de submissão
1	1	LUSOSICÓ-CONSTRUÇÕES, S.A.	169.675,49 €	120	22-02-2016_9:31
2	2	SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES ELIMUR, LDA.	169.675,49 €	120	22-02-2016_21:41
3	9	CONTEC - CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA, S.A.	189.400,46 €	120	24-02-2016_14:51
4	7	CONSTRUÇÕES J.J.R. & FILHOS, S. A.	210.544,51 €	120	24-02-2016_12:26
5	16	MAJOR, SANTOS & FILHOS, LDA	216.451,95 €	120	24-02-2016_16:46
6	8	MIRATERRA - OBRAS PÚBLICAS, LDA	216.972,21 €	120	24-02-2016_13:59
7	20	TECNORÉM - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	229.161,04 €	120	24-02-2016_19:06
8	22	CONSTRUÇÕES MARTINS E REIS, LDA	232.579,01 €	120	24-02-2016_19:20
9	12	CONSTRUÇÕES VIEIRA MENDES, LDA.	239.467,08 €	120	24-02-2016_15:49
10	5	DIAMANTINO JORGE & FILHO, LDA.	243.440,08 €	120	24-02-2016_11:40
11	6	CONSTRUÇÕES JOSE VIEIRA, LDA	252.570,00 €	120	24-02-2016_11:43
12	17	ECOEDIFICA, AMBIENTE E CONSTRUÇÕES, S.A.	275.925,93 €	120	24-02-2016_17:15
13	13	SALTA REGRA, LDA.	277.000,00 €	120	24-02-2016_16:11

---- **6** – Aprovar a presente ata. --------- Para constar se lavrou a presente ata, a qual vai ser assinada por todos os membros do Júri." ---------- Tomou a palavra o Senhor Vereador Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque para questionar se o projeto em apreço inclui a requalificação da Rua da Escola. --------- O Senhor Vice-Presidente solicitou a presença na reunião, do Senhor Chefe da Divisão de Obras Municipais, que esclareceu que o projeto apenas inclui a requalificação da Variante António dos Santos Costa e o "encaixe" desta com a Rua da Escola, não incluindo assim a requalificação da Rua da Escola na sua totalidade. ---------- A Senhora Vereadora Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, aproveitando a presença do Senhor Chefe daquela divisão, questionou qual a sua opinião relativamente ao preço unitário de 0,01€ em alguns artigos, constantes da proposta sobre a qual se propõe a adjudicação da empreitada. --------- O Senhor Chefe de Divisão clarificou que efetivamente o Júri constatou essa situação, mas que nada é possível fazer, uma vez que se trata de proposta da responsabilidade do respetivo concorrente. ------

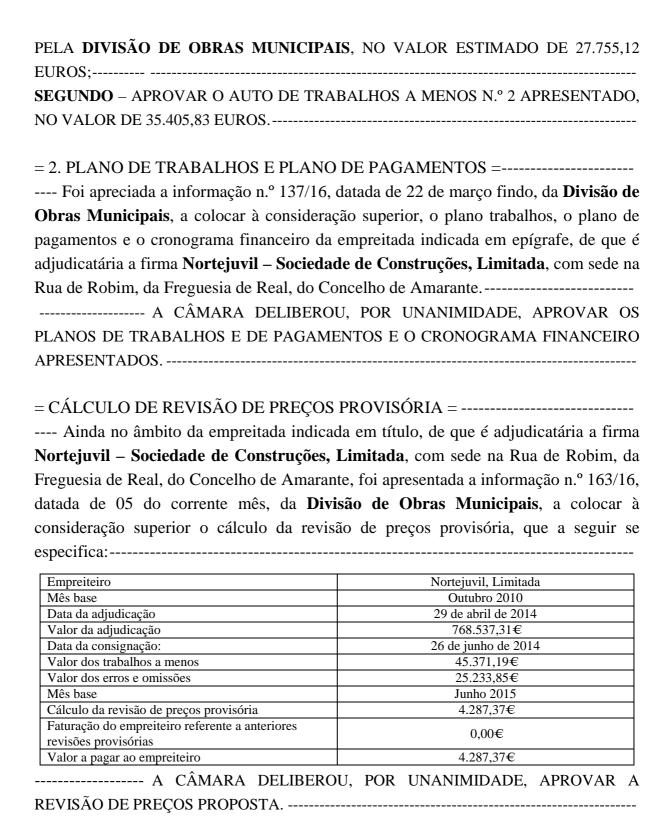






<b>REMODELAÇÃO</b>	DO	ANTIGO	<b>EDIFÍCIO</b>	DOS	<b>PAÇOS</b>	DO
CONCELHO						
= 1. AUTO DE TRABA	ALHO A	A MENOS = -				
No âmbito da emp	preitada	indicada em	epígrafe, de q	ue é adj	udicatária a	firma
Nortejuvil - Sociedad	e de C	onstruções, I	<b>Limitada</b> , com	sede na l	Rua de Robi	m, da
Freguesia de Real, do C	Concelh	o de Amaranto	e, a <b>Divisão de</b>	Obras M	<b>Iunicipais</b> pi	restou
a sua informação n.º 4	445/15,	datada de 23	de novembro	de 2015	, que a seg	uir se
transcreve: "Introduçã	0					
Serve a presen	nte in	formação pa	ıra actualizar	a ante	erior inform	nação
205/2015/DOM/427 de	03 de	Junho de 20	15, com o regis	to de sg	d n.° 13214/	2015,
dando conta de um con	junto de	e trabalhos a n	nenos existentes	na empr	eitada	
Análise						
Em 03 de Junho o	de 2015	5, quando a e	mpreitada ainda	a não tin	ha terminad	o, foi
apresentado por este se	rviço ur	m mapa com ι	ıma estimativa o	de traball	nos a menos,	nesta
data não se chegou a	elabora	ar o auto de	trabalhos a m	enos. O	valor refere	ente a
trabalhos a menos estin	nado na	referida infor	mação era de 27	7.755,12	€	
Contudo, com o fin	ı da em	preitada, verif	icou-se que o va	alor corre	ecto a consid	erar é
de 35.405,83€, tendo-s		_		-		
n.° 2						
Tendo em conta qu	e em de	eliberação can	narária datada d	e 18 Nov	vembro de 20	)14 já
se aprovou o auto de	medição	o de trabalhos	s a menos n.°1,	no valo	r de 9.965,3	6€, o
valor total e fina			a menos ne			
9.965,36+35.405,83=45						
Desta forma, suger	•		•			
seja aprovado pelo don		_				_
dos Contratos Públicos,						
Conclusão						
Em face do exposto						
1. Aprovar o auto		-				
relativo à empre			•			
Anexos: Auto de trabalhos a menos r						
À consideração sup						
A consideração sup						
PRIMEIRO – REVOGA						
À APROVAÇÃO DO M		•				







#### REVISÕES DE PREÇOS DEFINITIVAS = 1. CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE FREIXIANDA = --------- Através da sua informação n.º 166/16, de 05 de abril em curso, a Divisão de Obras Municipais colocou à consideração superior o cálculo da revisão de preços definitiva, que a seguir se especifica, da empreitada indicada em epígrafe, de que é adjudicatária a firma Alpeso – Construções, S.A.:-----Empreiteiro Alpeso - Construções, S.A. Mês base Julho 2010 Data da adjudicação 28 de dezembro de 2010 Valor da adjudicação 1.460.321, 21€ 25 de fevereiro de 2011 Data da consignação: 159.626,06€ Valor dos trabalhos a menos Cálculo da revisão de preços definitiva 39.862.90€ 39.862,90€ Faturação referente a anteriores revisões de preços 0,00€ Valor a pagar ao empreiteiro ------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REVISÃO DE PREÇOS PROPOSTA. -----= 2. CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE OLIVAL = --------- Através da sua informação n.º 167/16, de 05 do corrente mês, a **Divisão de Obras** Municipais colocou à consideração superior o cálculo da revisão de preços definitiva, que a seguir se especifica, da empreitada indicada em epígrafe, de que é adjudicatária a firma Tecnorém – Engenharia e Construções, S.A.: ------Empreiteiro Tenorém, S.A. Mês base Agosto 2010 Data da adjudicação 28 de dezembro de 2010 1.266.496,78€ Valor da adjudicação 29 de dezembro de 2010 Data da consignação: 97.073.67€ Valor dos trabalhos a menos 34.135,91€ Cálculo da revisão de preços definitiva 34.135,91€ Faturação referente a anteriores revisões de preços Valor a pagar ao empreiteiro 0.00€ ------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A

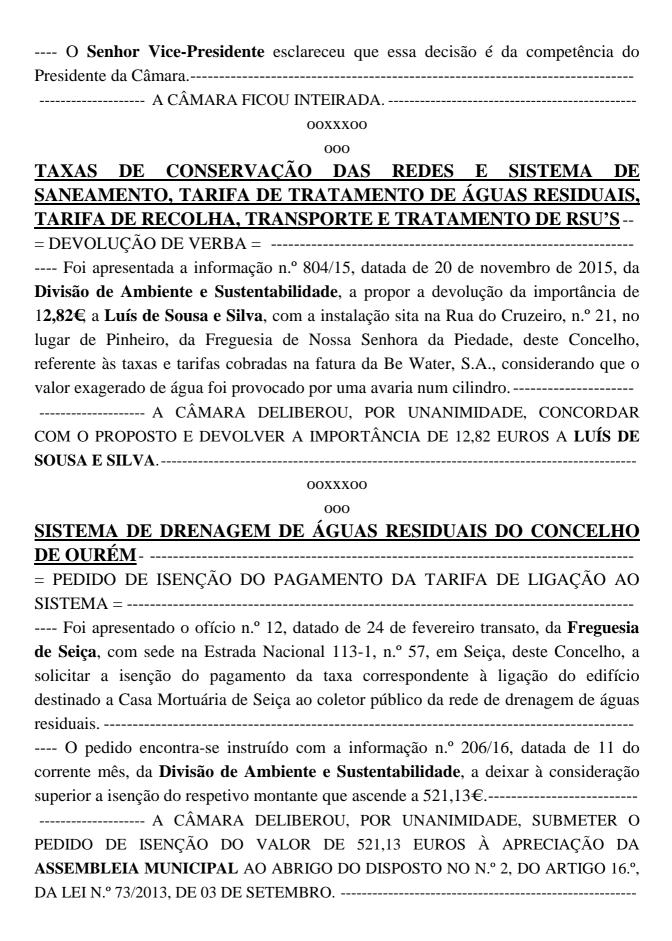
OOXXXOO

REVISÃO DE PREÇOS PROPOSTA. -----

000



---- No âmbito do contrato de prestação de serviços mencionado em título, celebrado em 24 de novembro de 1995, com a empresa SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. (sedeada na Rua do Mar do Norte, lote 1.03.2.1B, 1.º andar, em Lisboa) e no seguimento da sentença proferida pelo Tribunal Arbitral, foi apresentada a informação n.º 2/16, de 12 do corrente mês, do Senhor Vice-Presidente, que a seguir se reproduz na íntegra: "Venho por este meio dar conhecimento à Câmara Municipal do seguinte:--------- Receção da sentença do tribunal arbitral que opôs o município de Ourém à empresa SUMA, com o seguinte resultado:--------- Ponto 1 – Petição Inicial da Demandante:----Pagamento da quantia de € 310.681,31;-----Pagamento da quantia de € 245.898,96 referente a juros; -----Pagamento da quantia de 110.854,50 referente a juros de mora; -----Valor total: € 667.434.77. ---------- Contestação da Demandada: --------- Solicitou a absolvição total. --------- A sentença final ficou-se pelo valor total de € 252.572,23, resultando num benefício de € 414.862,54, para o município.--------- Ponto 2 – Vigência do contrato - Petição da demandante (SUMA) --------- Relativamente à interpretação da SUMA, no que respeita à clausula 12.ª do contrato da prestação de serviços, entendia esta que os 20 anos citados se referiam às prorrogações possíveis do mesmo para alem do prazo do próprio contrato que era de 5 anos. --------- Contestação da demandada (Município de Ourém)--------- Entendia o município de Ourém que os 20 (vinte) anos referidos na citada clausula 12.ª incluíam os 5 anos de contrato e a totalidade das possíveis prorrogações. --------- Entendeu e decidiu o Tribunal Arbitral a favor da demandante entendendo que o contrato inicial seria de 5 anos, prorrogável por iguais períodos até ao máximo de 20 anos "de prorrogações".--------- Assim sendo, encontrar-nos-emos na vigência do 1.º ano, dos 5 da última prorrogação. ---------- Junta-se sentença para tomada de conhecimento. ---------- À consideração superior da Dig.ma Câmara Municipal." --------- Tomou a palavra o Senhor Vereador Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque para questionar o Senhor Vice-Presidente se o envio de um processo para Tribunal Arbitral carece de decisão deste órgão executivo.-----





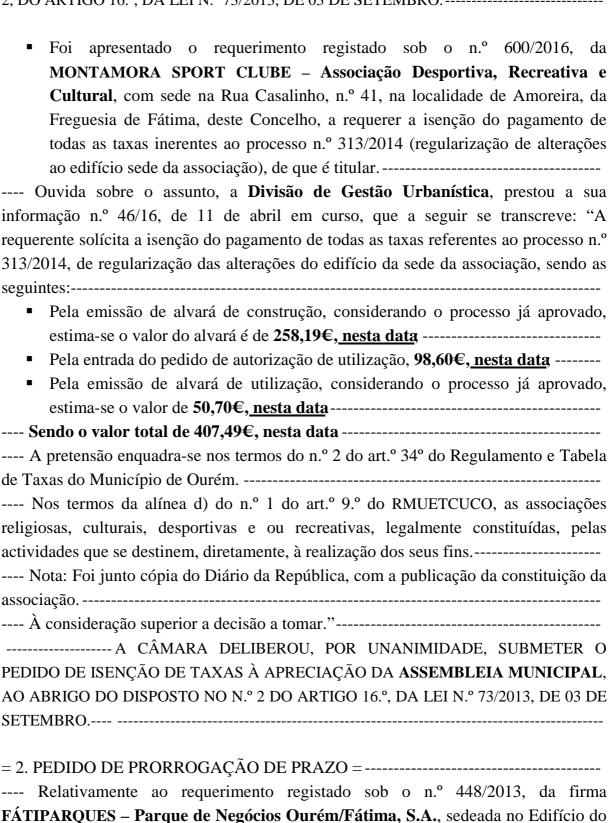
#### ooxxxoo

000

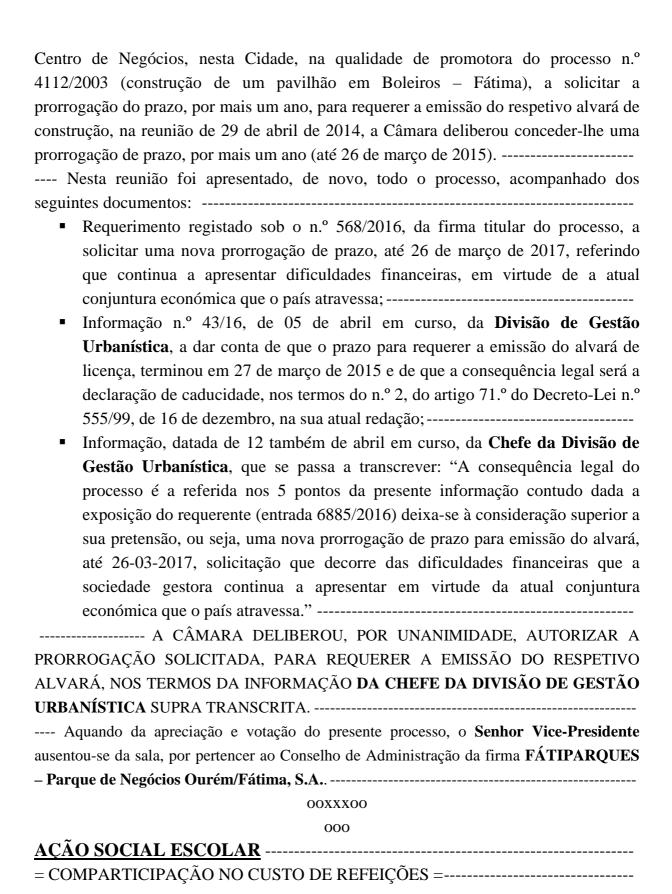
<u>LICENCIANIENTOS DE OBRAS PARTICULARES</u>
= 1. PEDIDOS DE ISENÇÃO DE TAXAS =
■ Foi apresentado o ofício n.º 12, datado de 24 de fevereiro transato, da
FREGUESIA DE SEIÇA, sedeada na Estrada Nacional 113-1, n.º 57, em Seiça,
deste Concelho, a requerer a isenção do pagamento das taxas inerentes à entrada
de processo de construção de Casa Mortuária, naquela sede de freguesia, à
emissão de alvará de obras e à respetiva licença de utilização
A Divisão de Gestão Urbanística, ouvida sobre a pretensão, prestou a sua
informação n.º 49/16, de 12 de abril em curso, que se passa a transcrever: "A freguesia
de Seiça, solícita a isenção de todas as taxas inerentes ao pedido de parecer prévio não
vinculativo, nos termos do n.º 2 do art.º 7 do RJUE, para construção da casa mortuária
de Seiça que ira dar entrada na Câmara Municipal, sendo as seguintes:
■ Entrada do parecer prévio (taxa de apreciação);
■ Emissão de parecer prévio não vinculativo;
■ Entrada do pedido de autorização de utilização;
Emissão de alvará de utilização
Dado que ainda não foi apresentado nenhum processo não nos é possível efetuar os
cálculos das referidas taxas, à exceção da taxa de apreciação do processo nos termos
do art.º 77 da Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas é de 196,50€, nesta data
A pretensão enquadra-se nos termos do n.º 2 do art.º 34º do Regulamento e Tabela
de Taxas do Município de Ourém e nos termos do nº 2 do artigo 16º da Lei n. 73/2013,
de 03 de setembro, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal,
através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa
fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos
próprios
À consideração superior"
Naquele mesmo dia, a <b>Senhora Vereadora Lucília Vieira</b> , exarou no processo o
despacho que de igual modo se transcreve: "O processo deverá ser remetido a reunião
de câmara e AM no sentido de autorizar a isenção de todas as taxas decorrentes deste
processo
À consideração superior."
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, SUBMETER O
PEDIDO DE ISENÇÃO DE TODAS AS TAXAS INERENTES AO PROCESSO, À

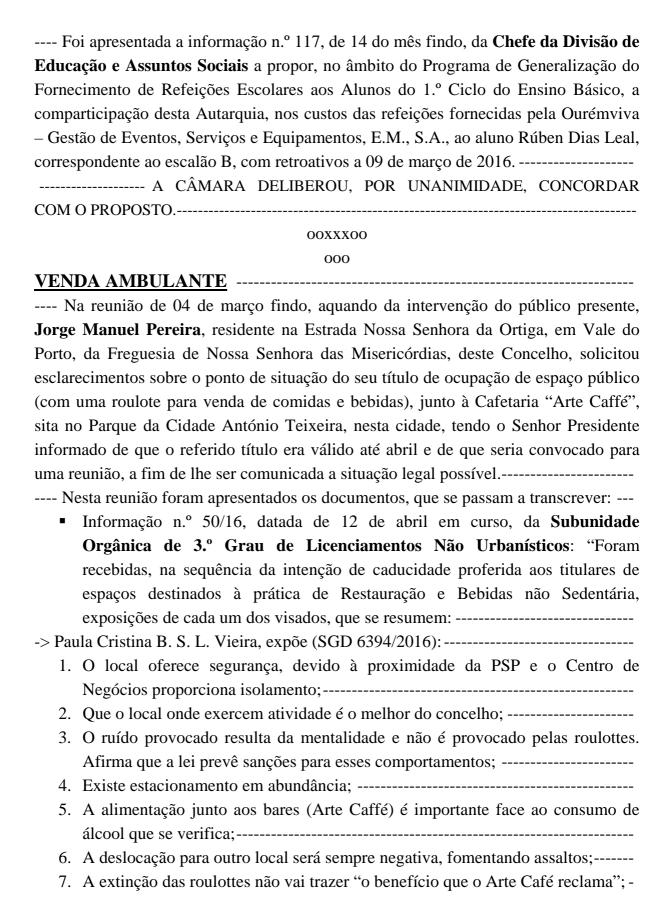


APRECIAÇÃO DA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 2, DO ARTIGO 16.º, DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO.-----

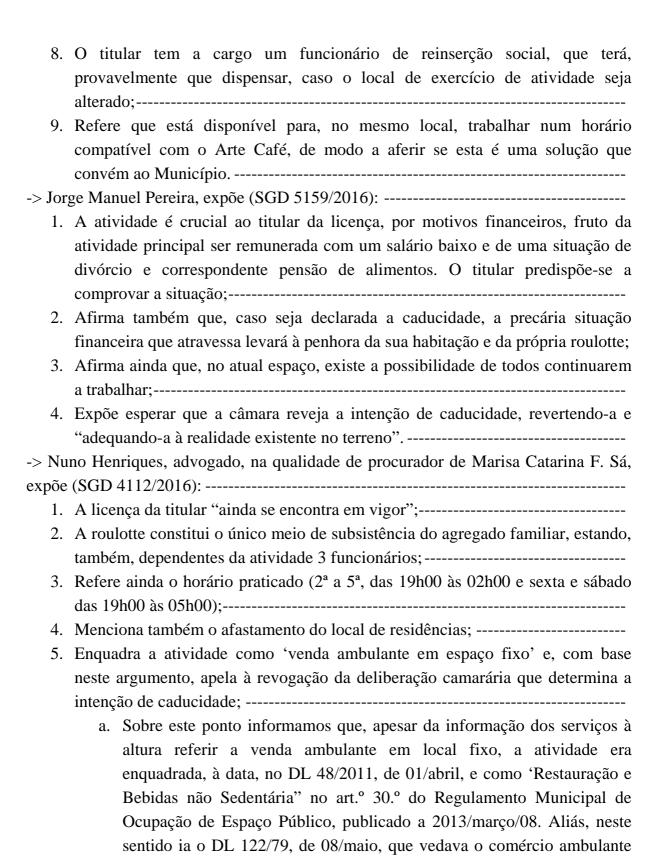








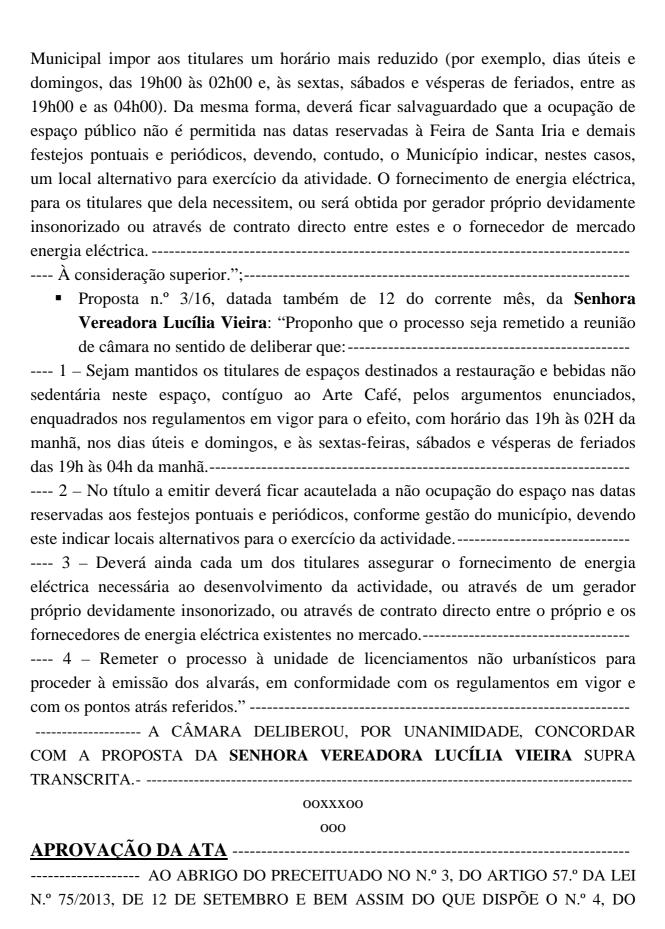




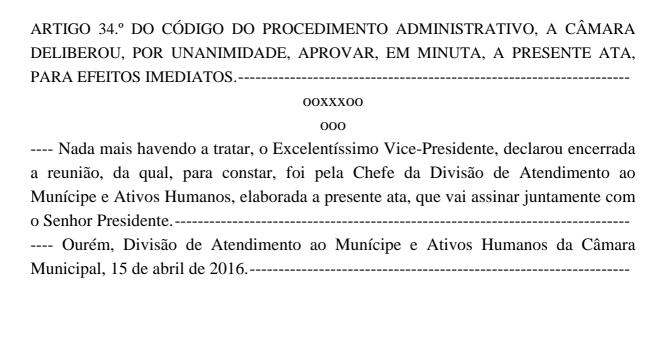
de miudezas comestíveis e bebidas. Parece-nos, salvo melhor opinião,

	que a atividade titulada deveria ser a 'restauração e bebidas não
6	Sedentária'
0.	Menciona que a titular está erradamente identificada na deliberação, o que se verifica;
7.	Sublinha que a caducidade não traz benefício ao município;
	Menciona que "ainda que a atribuição de espaços não possa estar sujeita a
0.	renovação automática, isso não significa que as licenças caduquem";
	a. Sobre este ponto, informamos que a caducidade foi declarada nos termos
	Regulamentares
9.	Refere que a efetivar-se a decisão, "poderá conduzir à nulidade do ato/decisão
	administrativa";
10.	Solicita a auscultação da testemunha Nuno Manuel Pereira Marques
	xiste também entrada de Nuno Henriques, advogado, na qualidade de procurador
	risa Catarina F. Sá (SGD 7794/2016), que solicita autorização para ocupação do
espaço	por mais 120 dias, para além dos 120 já autorizados
Ex	xiste também registo de intervenção do Sr. Jorge Manuel Pereira, em reunião de
	ra de 2016/março/04, sobre o ponto da situação do processo
De	e forma resumida,
_	todos os exploradores informam que a cessação da atividade lhes trará
	transtornos financeiros e pessoais, levando ao despedimento das pessoas que
	têm ao serviço;
_	um dos exploradores emprega uma pessoa em reinserção social;
_	todos os exploradores referem que a localização onde se encontram é a melhor,
	o pela segurança face à localização da esquadra de polícia,;
	o pela facilidade de estacionamento;
	o pelo facto de ser uma zona de diversão noturna consolidada;
	o pelo fato do Centro de Negócios oferecer uma barreira de isolamento
	acústico.
_	os exploradores manifestam ainda a possibilidade de atuar num horário mais
	limitado, por forma a verificar se eventuais transtornos são desta forma
C a	limitados;
	de est ° 23 ° de Regulemente Municipal de Ocupação de Espaço Dública, endo
	do art.º 33.º do Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público, onde
	erem os ERB não sedentários, após a sua entrada em vigorssim, e face aos argumentos expostos, deixa-se à consideração superior a decisão
	ar, sendo que caso considere atendíveis os motivos expressos, poderá a Câmara
a will	a, sendo que cuso considere atendi veis os monvos expressos, podera a camara









O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS.



# ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 15/04/2016

# = PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

#### 1. PRESIDÊNCIA

### 1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

### 1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

- = Deslocação oficial à Cidade de Selçuk República da Turquia Informação n.º 8/16, de 11 do corrente mês, do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP);
- = Encontro de Ourienses em Avenches Suíça Informação n.º 9/16, de 11 do corrente mês, do Chefe do GAP;
- = Atribuição da "Medalha de Inconfidência" pelo Estado de Minas Gerais Informação n.º 10/16, de 11 de abril em curso, do Chefe do GAP.

# 1.3. PROJETO DE "OURÉM 2020"

= II edição da peregrinação de automóveis clássicos a Fátima – "Clássicos a Fátima 2016" – Pedido de apoio – Carta, datada de 26 de janeiro transato, do Clube de Automóveis Antigos de Santa Catarina da Serra.

## 1.4. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

= Autorização prévia para ações de (re)arborização – Carta registada sob o n.º 10.035/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Aguinaldo Prazeres Antunes.

# 2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS

## 2.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

= Ampliação do número de compartes – Requerimento registado sob o n.º 7185/2016, de Agostinho Marques Henriques, sobre prédios sitos na União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais e União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos.

### 3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

= Relatório de gestão e prestação de contas do Município referentes ao ano económico de 2015 – Apreciação do relatório referente ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

### 3.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

= Empreitada de reabilitação do "Caminho Municipal Matas/Espite – 2.ª fase" – Reapreciação do processo;



#### = Contas finais:

- Construção do Posto de Atendimento a Turistas Processo de regularização de erros e omissões:
- Construção do Posto de Atendimento a Turistas Processo de regularização de erros e omissões 2:
- = Remodelação da rede de esgotos Estrada Principal Fátima Libertação de garantia bancária Informação n.º 104/16, datada de 30 de março findo, da Contratação Pública e Aprovisionamento;
- = "Requalificação urbana da Freguesia de Freixianda Variante António dos Santos Costa e Rua da Escola" Relatório final, datado de 12 abril de 2016.

#### 4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

- = Remodelação do antigo edifício dos Paços do Concelho:
  - 1. Auto de trabalhos a menos Informação n.º 445/15, datada de 23 de novembro de 2015, da Divisão de Obras Municipais (DOM);
  - 2. Plano de trabalhos e plano de pagamentos Informação n.º 137/16, de 22 de março findo, da DOM;
  - 3. Cálculo de revisão de preços provisória Informação n.º 163/16, de 05 de abril em curso, da DOM;
- = Revisões de preços definitivas:
  - 1. Construção do Centro Escolar de Freixianda Informação n.º 166/16, datada de 05 de abril corrente, da DOM;
  - 2. Construção do Centro Escolar de Olival Informação n.º 167/16, datada de 05 de abril corrente, da DOM.

#### 5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Contrato de prestação de serviços de limpeza urbana, recolha de resíduos sólidos e seu transporte a aterro final (Alvega) Sentença arbitral Informação n.º 2/16, de 12 de abril em curso, do Senhor Vice-Presidente da Câmara;
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's Devolução de verba, por motivo de rotura Informação n.º 804/15, datada de 20 de novembro de 2015, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade;
- = Sistema de drenagem de águas residuais do Concelho de Ourém Pedido de isenção do pagamento da tarifa de ligação Ofício n.º 12, datado de 24 de fevereiro transato, da Freguesia de Seiça.

### 6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamentos de obras particulares:
  - 1. Pedidos de isenção do pagamento de taxas:
    - Ofício n.º 12, de 24 de fevereiro transato, da Freguesia de Seiça;
    - Requerimento registado sob o n.º 600/2016, da Montamora Sport Clube Associação Desportiva, Recreativa e Cultural;
  - 2. Pedido de prorrogação de prazo Requerimento registado sob o n. 568/2016, da firma Fátiparques Parque de Negócios de Ourém/Fátima, S.A..

## 7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

= Ação Social Escolar – Comparticipação no custo de refeições – Informação n.º 117, datada de 14 do mês findo, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais.



# 8. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

= Venda ambulante – Proposta n.º 3/16, de 12 de abril em curso, da Senhora Vereadora Lucília Vieira.

Câmara Municipal de Ourém, 12 de abril de 2016

O Vice-Presidente da Câmara

Nazareno José Menitra do Carmo



# DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 01-04-2016 a 14-04-2016

Processo nº	Requerente	Local
298/2015	Albino Fernandes Lopes	Rua do Mercado – Carvoeira – freguesia de
		Caxarias
389/2009	Cecília Freire dos Santos e Edgar Gaspar	Rua do Cabeço, n.º 8 – Lagoa da Pedra – Matas
		<ul> <li>união das freguesias de Matas e Cercal</li> </ul>
323/2015	Domingos Bastos Lourenço e Maria Fernanda	Rua da Passagem de Nível - Pederneira -
	Henriques Ferreira Lourenço	freguesia de Urqueira
166/2015	Satepor, S.A.	Casal Pinheiro – Valongo – Freixianda – união
		das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio
		e Formigais

Ourém, 15 de abril de 2016

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



# DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 01/04/2016 a 14/04/2016

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
8057	Aníbal da Silva Sousa	MCP - RJACSR
9544	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima	Peditório
9460	Tiago Oliveira Duarte	Licença de ruído
8664	Jacinta de Jesus Reis Rosa Oliveira	Inspeção de elevador
9199	Hotel Estrela de Fátima, Lda.	Inspeção de elevador
9198	Hotel Estrela de Fátima, Lda.	Inspeção de elevador
8967	Carmo & Carreira-Resturação, Lda.	Inspeção de elevador
10022	P´Escola Associação Cultural, Recreativa da Soutaria	Licença de ruído
9995	Noc-Novas Construções, SA	Licença de ruído
10485	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia do Olival	Licença de ruído
9711	Funerária 13 de Maio, Lda.	Inumação de Cadáver
9460	Tiago Oliveira Duarte	Licença de ruído
10410	Administração do Condomínio da Rua São João de Deus, nº 23 em Fátima	Inspeção de elevador
10411	Administração do Condomínio Rua S. João de Eudes, nº 55-Lote 9 em Fátima	Inspeção de elevador
10409	Administração do Condomínio Fátima shopping center	Inspeção de elevador
10415	Administração do Condomínio Fátima shoping center	Inspeção de elevador
10413	Administração do Condomínio Fátima shoping center	Inspeção de elevador
10412	Administração do Condomínio do edifício Fonte Nova-Fátima	Inspeção de elevador
10408	Administração do Condomínio-Rua Santa Iria-Bloco B, nº 2 em Fátima	Inspeção de elevador
10407	Hotel Estrela de Fátima	Inspeção de elevador
10298	Maria Santos Fernandes Vieira Silva	Inspeção de elevador



10287 Administração do Condomínio Edifício Sinai-Fátima	Inspeção de elevador
---	----------------------

Ourém, 15 abril de 2016

#### Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)



#### **ACORDO DE GEMINAÇÃO**

#### Entre o Município de Ourém, na República Portuguesa, e o Município de Selçuk, na República da Turquia

Tendo em consideração as fortes ligações existentes entre o Município de Ourém, na República Portuguesa, e o Município de Selçuk, na República da Turquia, que favorecem a consolidação de um trabalho conjunto, a criação de oportunidades mútuas e o desenvolvimento de projectos de comum interesse.

#### Considerando ainda:

- que as autoridades locais desempenham, no quadro da globalização, um papel cada vez mais importante na prossecução do desenvolvimento de um quadro harmonioso de cooperação entre os povos;
- que as geminações entre municípios de diferentes países se têm vindo a constituir importantes catalisadores da aproximação entre povos;
- os laços históricos e culturais que unem os povos de Portugal e da Turquia, que importa fortificar;
- que os Municípios de Ourém, na República Portuguesa, e de Selçuk, na República da Turquia, se assumem ambos como locais de peregrinação de alcance internacional;
- o Acordo de Cooperação, entre o Município de Selçuk, na República da Turquia e o Município de Ourém, na República Portuguesa, assinado no dia 12 de Julho de 2014, no Município de Ourém, na República Portuguesa e que prevê a construção de uma amizade entre os dois Municípios que importa fortificar e aprofundar.

Celebra-se o presente Acordo de Geminação entre o Município de Ourém, na República Portuguesa, representado pelo Presidente da Câmara, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca e o Município de Selçuk, na República da Turquia, representado pelo seu Presidente Dahi Zeynel Bakici, que se rege pelas seguintes cláusulas:

1. O Presidente da Câmara Municipal de Ourém e o Presidente do Município de Selçuk, certos de responder às aspirações profundas e às necessidades reais das respetivas populações, atentos à circunstância histórica de percurso dos seus povos estar indissociavelmente ligada e no respeito pelos valores comuns que ambas as nações partilham ao nível político, cultural, económico e social;

F1.42 15/04/2016 Anexo IV



- Assumem o compromisso solene de manter os laços permanentes de cooperação e de solidariedade entre as duas partes, conjugando esforços no sentido de dotar este relacionamento de meios que reforcem a fraternidade, a paz e o desenvolvimento das respetivas comunidades;
- Comprometem-se a desenvolver um programa que intensifique as relações institucionais e assegure a realização de ações de cooperação susceptíveis de enriquecerem ambas as partes em todos os domínios das suas competências;
- 4. Mais decidem que cada uma das partes designará um elemento de ligação encarregado de manter o espírito e a letra deste Acordo;
- 5. Declaram que anualmente as duas partes elaborarão um plano de ação conjunto a realizar no âmbito deste Acordo, em função das respetivas disponibilidades.

Dahi Zeynel Bakici

Selçuk, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Ourém

O Presidente do Município de Selçuk

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca